

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0121/2020, foi disponibilizado na página 234/235 do Diário da Justiça Eletrônico em 12/02/2020. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

Advogado

Gustavo Bismarchi Motta (OAB 275477/SP)
Fernando Pompeu Luccas (OAB 232622/SP)
Filipe Marques Mangerona (OAB 268409/SP)
Fernando Denis Martins (OAB 182424/SP)
Osmair Donizete Barrozo (OAB 339128/SP)
Renato Alencar (OAB 208816/SP)
Felipe Alexandre Vizinhaní Alves (OAB 235380/SP)
Marcos Valério dos Santos (OAB 199052/SP)
Eduardo Silva Gatti (OAB 234531/SP)
Eduardo Birkman (OAB 93497/SP)
Renato Rodrigues (OAB 248340/SP)
Heraldo Augusto Andrade (OAB 163442/SP)
Maria Cristina Araujo (OAB 325097/SP)
Fábio Gindler de Oliveira (OAB 173757/SP)
Paulo Augusto Rolim de Moura (OAB 258814/SP)
João Paulo Agostini Tavares Soares (OAB 288285/SP)
Tony Marcos Nascimento (OAB 122849/SP)
Antonio Paulo Grassi Trementocio (OAB 147169/SP)
Camila de Barros Gigliotti E Gigliotti (OAB 282040/SP)
Adriana Cury Marduy Severini (OAB 106253/SP)
Adriana Pereira Dias (OAB 167277/SP)
Juscelino Vieira Mendes (OAB 79922/SP)
Andre Peruzzolo (OAB 143567/SP)
Rodrigo Lichs Coelho de Souza (OAB 17750/SC)
Antonio de Moraes (OAB 137659/SP)
André Socolowski (OAB 274544/SP)
Marcel Bortoluzzo Pazzoto (OAB 307336/SP)
Walter Roberto Lodi Hee (OAB 104358/SP)
Gentil Borges Neto (OAB 52050/SP)
Ricardo Ajona (OAB 213980/SP)
Riberto Amâncio Ferreira (OAB 97164/SP)
Roberta Goncalves Ponso (OAB 33399/SP)
Gil Alves Magalhaes Neto (OAB 75012/SP)
Benjamim Machado Junior (OAB 72023/PR)
Rodrigo Refundini Magrini (OAB 210968/SP)
Marco Antonio do Patrocinio Rodrigues (OAB 146456/SP)
Cássio William dos Santos (OAB 209606/SP)
Paulo Francisco Arruda Costa (OAB 344572/SP)
Carina Moisés Mendonça (OAB 210867/SP)
Luiz Alceste Del Cistia Thonon Filho (OAB 211808/SP)
Fábio do Carmo Gentil (OAB 208756/SP)
Graziela Martin de Freitas (OAB 236808/SP)
Taysa Crystina Justimiano (OAB 396902/SP)
Caio Bernardo (OAB 154808/SP)
Alessandra Soares de Castro (OAB 291389/SP)
Karla Ramisa Siqueira Rodrigues de Oliveira (OAB 336974/SP)
Edméa da Silva Pinheiro (OAB 239006/SP)

Rodrigo Quintino Pontes (OAB 274196/SP)
Rafael Mesquita (OAB 193189/SP)
Olga Maria Lopes Pereira (OAB 42950/SP)
Monica Angela Mafra Zaccarino (OAB 86962/SP)
Valdir Aparecido de Almeida (OAB 144885/SP)
Adriano Athala de Oliveira Shcaira (OAB 140055/SP)
Jorge Donizeti Sanchez (OAB 73055/SP)

Teor do ato: "EDITAL - EXTENSÃO DOS EFEITOS DA FALÊNCIA À EMPRESA ATRIAS PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS EIRELI, E CONVOCAÇÃO DE CREDORES, COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA AS HABILITAÇÕES DE CRÉDITOS OU DIVERGÊNCIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA FALÊNCIA DE EQUIPAR TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA E OUTRAS, PROCESSO N.º 1006176-97.2018.8.26.0114. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro de Campinas, Estado de São Paulo, Dr(a). Gilberto Luiz Carvalho Franceschini, na forma da Lei, etc. FAZ SABER que por decisão proferida em 09/12/2019, foi decretada a extensão dos efeitos de falência à sociedade Atrias Participações e Investimentos Eireli, inscrita no CNPJ/MF nº 19.022.652/0001-55 conforme decisão a seguir transcrita: "Vistos. Deverá o Banco Bradesco S/A e outros demais credores observar a decisão de fls. 3097/3120, ou seja, de que as habilitações e divergências de crédito devem ser apresentadas diretamente à administradora judicial pelo e-mail equipar@brasiltrustee.com.br. E, também, fica aprovado o orçamento de honorários juntado pela gestora nomeada, NEAIME CAPITAL APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. No mais, como mencionado anteriormente pela administradora judicial BRASIL TRUSTEE E CONSULTORIA LTDA, em sua manifestação de fls. 2.561/2604, não se descartava a possibilidade de outras empresas comporem o grupo econômico já reconhecido para extensão dos efeitos da falência. Explicitou-se agora que com o advento do reconhecimento da sucessão empresarial e da formação do grupo econômico, com a decretação da falência, foram coletados dados e informações trazidas pela gestora judicial. Revelou-se confusão patrimonial, identidade de sócios e gerentes, interdependência e demonstração de interesse integrado, com efetiva comunhão de interesses, também em relação à empresa ATRIAS PARTICIPAÇÕES E INVESTIMOS EIRELI ("ATRIAS"), inscrita no CNPJ sob nº 19.022.652/0001-55, proprietária do imóvel com matrícula nº 84.352 do 3º Registro de Imóveis de Campinas, atual sede da Equipar. Consignou a administradora judicial que a empresa ATRIAS é mais uma das cédulas do grupo econômico reconhecido, sendo ela um subdivisão sob outro CNPJ, funcionando como mero setor para desvio de recursos. Apurou-se que a Sra. Adriana Trias, do círculo familiar dos sócios da empresa Equipar, apresentava-se como funcionária de um escritório de advocacia que prestava serviços de "gestão", quando então constituiu a empresa ATRIAS. A partir de então e do uso de seu nome, a EQUIPAR simulou a compra do imóvel de sua sede pela empresa ATRIAS, possibilitando dar aparência de legalidade às remessas de valores de aluguel para a ATRIAS, ao mesmo tempo em que protegia o bem de seus credores, deixando-os sob titularidade de um sociedade que não tem qualquer atividade comercial. Por meio da Sra. Adriana, o Sr. Pedro e sua família coordenavam o uso de recursos remetidos à ATRIAS, distribuindo-os como bem entendiam. Para provar tais fatos, juntou mensagens eletrônicas (doc 2 e 3). Com relação ao bem imóvel apontado, o controle inclui até mesmo providências junto à Prefeitura local, sempre coordenadas por seus verdadeiros proprietários, participando a Sra. Adriana apenas com suas assinaturas, mas alheia a qualquer tipo de gestão. Outra situação relevante citada pela administradora judicial, e que indica possível prática de crime previsto no artigo 347 do Código Penal, é que a empresa ATRIAS promoveu ação de despejo cumulada com cobrança de alugueis contra a empresa EQUIPAR, processada sob nº 1030282-26.2018.8.26.0114, em simulação de conflitos entre as empresas. Na realidade fática, a ação foi movida por uma empresa contra ela mesma. A gestão da empresa ATRIAS se dava pelos mesmos sócios, com o fito de atender interesses do grupo econômico, além de deter, indiretamente, o imóvel de matrícula nº 84.352 do 3º CRI local. Disse a administradora judicial que os documentos apreendidos com a decretação de falência da empresa EQUIPAR, em especial, mensagens eletrônicas encontradas em seus computadores, levam a crer que esse imóvel seria, mais uma vez, objeto de negócio, em prejuízo aos credores. Portanto, defiro o pedido de inclusão da sociedade empresária ATRIAS PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS EIRELI ("ATRIAS"), como componente do grupo econômico formado entre as empresa EQUIPAR, EQP SERVIÇOS E PGX, já reconhecido à fls. 3;097/3.120, com extensão dos efeitos da falência à empresa ATRIAS PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS EIRELI, ("ATRIAS"), CNPJ nº 19.022.652/0001-55. Com relação aos sócios, pessoas físicas, da empresa ATRIAS, fica determinada a formação do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica em separado. Providencie a serventia o necessário. Fica determinado, ainda, com fundamento no artigo 99,VII, da Lei nº 11.101/2005, diante dos indícios de fraude noticiados, o bloqueio e indisponibilidade de todos os bens móveis e imóveis da atual sócia da empresa ATRIA, Sra. Adriana Trias, CPF nº 155.062.648-52, até solução do futuro incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Providencie a serventia. Providencie a serventia a expedição de edital, nos termos do que dispõe o artigo 99, IV, e parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, assim que obtida a relação de credores. As habilitações ou divergências deverão ser apresentadas diretamente à administradora judicial pelo e-mail

equipar@brasiltrustee.com.br Servirá cópia desta decisão como ofício a ser encaminhado a todos os órgãos e repartições públicas já mencionados à fls.. 3.119 e 3.120." FAZ SABER TAMBÉM que a falida "Atrias" não apresentou rol de credores. FAZ SABER AINDA que foi marcado o prazo de 15 (quinze) dias para que os credores apresentem suas divergências ou habilitações de crédito, nos termos do art. 7º § 1º da Lei 11.101/2005, a serem entregues à Administradora Judicial, preferencialmente através do e-mail equipar@brasiltrustee.com.br, podendo também apresentar pelos Correios ou pessoalmente em uma das unidades de seu escritório, situadas na Rua Barão de Itapura, n.º 2.294, 4º andar, Guanabara - Campinas/SP - CEP 13.073-300 e Rua Robert Bosch, nº 544, 8º andar, Barra Funda - São Paulo/SP - CEP 01141-010, em horário comercial. Para que produza seus regulares efeitos de direito, é expedido o presente edital, que, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Campinas, aos 05 de fevereiro de 2020."

Campinas, 12 de fevereiro de 2020.

Leon Ward Franco de Camargo
Escrevente Técnico Judiciário